

memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano XI - nº 32 - dezembro de 2021

memoriacult.com.br



Lançamento do 2º Manifesto dos Mineiros (01/09/2021), de iniciativa do dr. Jose de Anchieta, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais ACMinas.

 **Fazenda Santa Clara**
por Rodrigo Magalhães

 **A presença da Igreja no Caminho Novo**
por Dom Francisco Barroso Filho

 **Entrevista:**
Manoel Marcos Guimarães

A ASSEMBLEIA FISCALIZA E O RESULTADO APARECE PARA VOCÊ.

A Assembleia fiscaliza e exige que os serviços públicos prestados a você sejam cada vez melhores. Por isso, as deputadas e os deputados trabalham todos os dias para defender seus direitos e cobrar as melhorias que você merece.

Um trabalho que acontece na educação, na saúde, na segurança, em iniciativas como as CPIs da Tragédia de Brumadinho, dos Fura-Filas da Vacina e da Cemig.

Saiba mais em
almg.gov.br/fiscaliza



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS**

Poder e voz do cidadão



Editorial

Iniciamos esta memóriaCult 32 evocando as mais altas e caras tradições de Minas Gerais, na própria capa com a exaltação aos Manifesto dos Mineiros. O Manifesto 1o, base da queda do Estado Novo, em 1943, teve seus 70 anos comemorados em 2013 pela extinta autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em edição fac símile, a cujos lançamentos acorreram as mais altas autoridades do Estado.

Agora, nestes estranhos tempos de Covid 19 a também atrapalhar a economia nacional e a democracia, o sempre brilhante e atuante doutor José Anchieta da Silva teve a oportuna iniciativa de lançar o 2o Manifesto dos Mineiros ao Povo Brasileiro, em 1º de setembro de 2021, e este assunto, em razão de sua oportuna atualidade, voltará em edição futura desta memóriaCult.

O entrevistado desta edição, Manoel Marcos Guimarães, jornalista por excelência e competência únicas, relembra a todos nós os áureos tempos de bom jornalismo, com sua seriedade e altruísmo a toda prova.

O advogado José Francisco Matos e Silva, em sua nobre vertente cultural, nos brinda com artigo sobre a bela Bom Jardim de Minas... que venham outros de sua lavra!

Em seguida, Rodrigo Magalhães, pesquisador e historiador riopretano, descreve a famosa Fazenda Santa Clara, hoje importante atração turística da Zona da Mata Mineira.

Na sequência, o jornalista e editor da Folha do Meio (Ambiente) Silvestre Gorgulho, ex-secretário de Cultura de Brasília, de forma extremamente oportuna questiona a ausência de brasileiros agraciados com o prêmio Nobel...

Imediatamente após, o desembargador, escritor e historiador Bruno Terra Dias evoca, com extrema competência e profundidade, a data de nascimento do herói maior do Brasil e suas ações no cenário e contexto cultural e sócio-político do século XVIII.

Logo depois, o desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, expoente cultural daquela cidade do interior de Minas, bem descreve a cidade de São João del Rei, que, em suas diferentes vertentes, é exemplo para o Brasil.

Dom Barroso, bispo emérito de Oliveira, fundador do Museu Aleijadinho de Ouro Preto, apresenta-nos a presença da Igreja no Caminho Novo que conduzia o ouro das Minas Gerais ao Rio de Janeiro com destino a Portugal.

Esta edição, pronta desde outubro, somente agora foi viabilizada face à demora no apoio. Boa leitura e até a próxima edição.



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Sumário

Fotografia: acervo do autor



14 **Fazenda Santa Clara**
por Rodrigo Magalhães

Fotografia: Raphael Simões



28 **A presença da Igreja no Caminho Novo**
por Dom Francisco Barroso Filho

04 **Página do Artista**

05 **Entrevista:**
Manoel Marcos Guimarães

11 **Bom Jardim de Minas**
por José Francisco Matos e Silva

19 **Brasil e o Prêmio Nobel 2**
por Silvestre Gorgulho

21 **12 de Novembro**
por Bruno Terra Dias

25 **Ouro, Fé e Liberdade**
por Rogério Medeiros Gargia de Lima



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Parabéns, Eugênio, pela excelência da última edição da memória CULT. Um presente de cultura para todos nós, além de primorosa qualidade gráfica e editorial. A entrevista/artigo com o Zé Mauro e o Livro de Graça na Praça marcou um gol de placa. A matéria do (ou da falta de) prêmio Nobel, de leitura obrigatória para brasileiras e brasileiros, com uma justa referência ao nosso Alysson Paulinelli. Sabará, Santana de Garambéu e o Instituto Cultural Visconde do Rio Preto ganham vida na revista, que fecha com a graça infantil do Bernardo.

Meus cumprimentos, Eugênio, pela sua constante batalha pela educação e cultura do nosso tão sofrido povo brasileiro.

Arthur Vianna
Jornalista e escritor

ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 31 da Memória CULT foi especial sobre o grandioso projeto do Livro de Graça na Praça, que chega a sua décima nona edição, em 2021. O entrevistado foi o idealizador do projeto, o professor José Mauro da Costa. Confira a edição completa em memoriacult.com.br

EXPEDIENTE **memória CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano XI - nº32 - dezembro de 2021

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG


Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto da capa | Eugênio Ferraz

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Artista da capa





Abertura do Bicentenário da independência e Lançamento oficial do Segundo Manifesto dos Mineiros ao Povo Brasileiro

01/09
Quarta-Feira às 18h

Via Zoom

- ☉ **Abertura:** Felipe Martins Pinto
Presidente - Instituto dos Advogados do Estado de Minas Gerais - IAMG

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente - Mercado Comum
- ☉ **Manifesto:** José Anchieta da Silva
Presidente - Associação Comercial e Empresarial - ACMinas
- ☉ **Palestra:** Uma Pincelada de História e um Jeito Mineiro de Ser
Olavo Celso Romano
Academia Mineira de Letras - AML
- ☉ **Encerramento e agradecimentos:** José Anchieta da Silva

A capa da memória CULT 32 é copia da capa da edição de 2013 pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, comemorativa aos 70 anos do Manifesto que mudou o Brasil. Em edição próxima haverá matéria completa sobre o 2º Manifesto dos Mineiros ao Povo Brasileiro, cujo convite segue reproduzido nesta página.

Manoel Marcos Guimarães

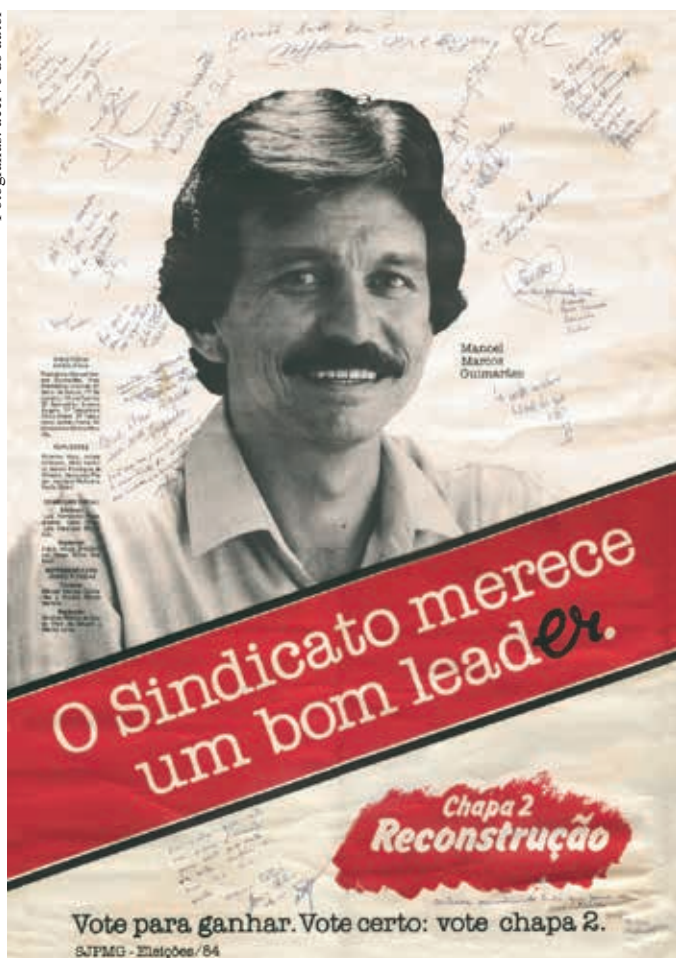
50 ANOS de bom jornalismo

Marcos Nogueira*

Nascido em Pouso Alto e criado em São Lourenço, no sul de Minas, o jornalista Manoel Marcos Guimarães completa em 2021 meio século de carreira exibindo uma trajetória recheada de cargos em importantes veículos de comunicação e em assessorias, públicas e privadas, além de intensa atividade sindical classista, que o levou à Presidência do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e à Vice-Presidência da Federação Nacional dos Jornalistas.

Por força de sua atuação profissional e sindical, conviveu e se relacionou com destacadas personalidades em períodos marcantes da vida nacional, como a transição da ditadura para a democracia, incluindo a Assembleia Constituinte. Nesta entrevista à Revista memória CULT, ele detalha alguns aspectos desses períodos e expõe opiniões e análises sobre os eventos que vivenciou nessas cinco décadas e sobre o momento atual da vida brasileira.

Fotografias: acervo do autor



Como surgiu sua vocação para o Jornalismo e como foi o início de sua carreira profissional?

Meu pai era de uma geração que, no interior de Minas, tinha dificuldades para concluir os estudos. Ele cursou apenas até o segundo ano do antigo primário, mas desenvolveu grande capacidade de escrita e leitura e sempre procurou incentivar os sete filhos a estudarem. “Educação será a única herança que lhes deixarei”, costumava dizer. Ele assinava, alternadamente, dois jornais: o Correio da Manhã, extinto pela ditadura, e O Estado de S. Paulo.

Foi lendo esses jornais, particularmente as colunas do Carlos Heitor Cony no “Correio”, que tive meu interesse despertado para o Jornalismo. Eu gostava de escrever e, com frequência, meus textos escolares eram elogiados, o que me serviu de estímulo. Em 1967, aos 17 anos, prestei vestibular para o curso de Jornalismo da UFMG, fui aprovado e comecei a estudar em 1968, um ano de grande efervescência política e cultural, no Brasil e em todo o mundo. Minha formatura foi em dezembro de 1971, ou seja, há meio século.



Em 1984, tomando posse como Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, na presença do governador de Minas, Tancredo Neves, e do presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Audálio Dantas, além do seu filho Marcelo, hoje também jornalista.

E seus primeiros passos profissionais, como foram?

Ainda na faculdade, comecei a estagiar no Serviço de Relações Universitárias da UFMG, que era o que hoje chamamos de Assessoria de Comunicação. Ali, sob a supervisão do professor Plínio Carneiro, fui um dos editores do Jornal da Universidade e fiz minha iniciação prática em assessoria de imprensa. Logo que me graduei, fui contratado pela UFMG e permaneci na instituição por 25 anos, sendo responsável pela organização do setor de Comunicação, que hoje atende pelo nome de Centro de Comunicação (Cedecom).

Simultaneamente ao trabalho na Universidade, trabalhei durante nove anos como repórter da sucursal de Belo Horizonte do jornal O Estado de S. Paulo. Depois de deixar a UFMG, em 1996, em um Programa de Demissão Voluntária (PDV), atuei durante bom tempo em assessorias eleitorais e públicas.

A principal delas foi a campanha do Dr. Célio de Castro à Prefeitura de Belo Horizonte, ainda em 1996. Depois, assessoriei secretarias de estado no governo Itamar Franco, a senadora Júnia Marise, a Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que foi minha ocupação profissional mais recente.



Em 1997, tomando posse como Secretário de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte, com o prefeito Célio de Castro.

Intercaladamente com esse trabalho de assessoria, fui Secretário de Edição do ESTADO DE MINAS, em uma proposta de reforma do jornal, apresentei três programas de TV (“Via Justiça”, para a TV Justiça; “Mídia no Espelho”, para a TV Assembleia; e “Contraponto”, para a Rede Minas). Editei durante algum tempo a Revista da Casa dos Contos e edito, há mais de dez anos, a revista “MagisCultura”, da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

Creio que vale citar também as colunas sobre Política que publiquei regularmente no Jornal de Opinião, da Cúria Metropolitana, e na Rádio Antena 1. Participei, ainda, como coautor de alguns livros, com destaque para o que registrou os 170 anos do Legislativo Mineiro e o das memórias do professor José Mendonça, um dos fundadores do curso de Jornalismo da UFMG.

Você destacou como mais importante a campanha do Dr. Célio de Castro. Por quê?

Pelo contexto, pelo trabalho feito e pelo resultado. O Brasil vivia um período de política muito polarizada entre o PSDB e o PT. O doutor Célio, filiado ao PSB, era o vice-prefeito do Patrus Ananias, do PT. Médico muito conceituado na capital mineira, ele já tinha uma trajetória política de des-

taque, por sua militância sindical e como deputado constituinte. Como ainda não existia a reeleição, havia um entendimento de que ele seria o sucessor de Patrus. O deputado Virgílio Guimarães, do PT, rebelou-se contra essa ideia, lançou sua candidatura na convenção do partido e saiu vencedor. Mesmo assim, o Dr. Célio manteve sua candidatura e, como o PSB era um partido frágil, pouco estruturado, buscou aliança com o PMDB e manteve o apoio, ainda que dissimulado, de alguns setores do PT, como do próprio prefeito Patrus Ananias.

Os institutos de pesquisa apontavam que ele não teria chance alguma de se eleger. Lembro-me que o Vox Populi, o principal daquela época, na pesquisa mensal que fez em março / abril, sequer colocou o nome do Dr. Célio entre os possíveis candidatos. Procuramos o Marcos Coimbra, um dos sócios do instituto, para questionar a exclusão e ele nos disse, em reunião comigo e o próprio Dr. Célio, que havia feito aquilo para “preservar o nome” dele, já que sua candidatura era “eleitoralmente inviável”, diante da “inevitável polarização” entre os candidatos do PT, Virgílio Guimarães, e do PSDB, Amílcar Martins.

Pois bem, pedimos a ele que mesmo assim colocasse o nome do Dr. Célio, que aceitaríamos o risco. Na pesquisa seguinte, em abril / maio, o Dr. Célio apareceu pela primeira vez e obteve índice de míseros 2%. Para encurtar a conversa, basta dizer que cinco meses depois, no primeiro turno da eleição, em 3 de outubro, ele teve 40,76% dos votos válidos, deixando em segundo o candidato do PSDB e em terceiro o do PT. Já no segundo turno, contra o Amílcar Martins, ele teve mais de 70% dos votos válidos.

Nossa campanha foi brilhante e o mote do “Doutor Beagá” foi abraçado pela população. Tínhamos pouquíssimos recursos financeiros, mas não cometemos erro algum. A campanha foi tão interessante que talvez eu ainda publique um livro contando as histórias dela.

Você diria que foi o marketing, a comunicação, que definiu a vitória?

Não é bem isso. Marketing não ganha eleição, mas ajuda e, muitas vezes, pode atrapalhar. No caso do “Doutor Beagá”, o grande papel nosso foi ter percebido que havia um vácuo na polarização e que as características do nosso candidato o preenchiavam totalmente. O Dr. Célio venceu a eleição pelos méritos próprios, já que ele era um político altamente bem-conceituado e que parecia o homem adequado para o cargo.

Para exemplificar ainda mais que marketing não ganha eleição, é bom lembrar que o presidente Luiz Inácio da Silva, antes de se eleger, perdeu três eleições embora já contasse com estruturas poderosas de marketing, como a famosa mobilização do “Lula-lá”, que parecia empolgar a classe média brasileira. A eleição dele só veio na quarta disputa, quando as condições políticas o favoreceram, principalmente pelo desgaste do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a emenda da reeleição e a crise do apagão de energia elétrica.

Voltando ao Dr. Célio, quero acrescentar que acabei ficando apenas pouco mais de um ano em seu governo, pois ele, contrariando a proposta

“A política é um campo em que haverá sempre polarizações, e isto não é necessariamente ruim, quando as disputas ocorrem em torno de ideias. [...] A polarização de hoje, no entanto, está concentrada em um projeto claramente autoritário e outro identificado por um longo período de governo repleto de contradições e malfeitos. Ela, portanto, não é benéfica para o país e tomara que seja quebrada por soluções social e politicamente mais avançadas.”



Com o ex-presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes

“Nossa desigualdade social e econômica é imoral e nós parecemos muito acomodados com ela. Não nos indignamos mais ao conviver com a miséria.”

que o havia o levado à vitória, optou por entregar o núcleo central de sua gestão ao PT, isolando os setores que efetivamente haviam conduzido sua campanha. Já no final de seu mandato, inclusive, o próprio Dr. Célio acabou se filiando ao PT para disputar a reeleição.

E quanto às demais assessorias que você ocupou?

Foram também muito importantes como experiência profissional e de vida, pois sempre em alto nível. Com sua pergunta, eu me dou conta de que, além do Executivo municipal, ocupei assessorias na Presidência de dois dos três Poderes do Estado: a do Legislativo e a do Judiciário; trabalhei também no Executivo estadual, mas não diretamente junto ao governador. E creio que devo destacar que todas elas foram indicações por critérios profissionais e não partidários.

No caso do Dr. Célio, por exemplo, eu fui para a campanha porque havíamos sido contemporâneos em presidências sindicais, ele entre os médicos e eu entre os jornalistas. Foi durante minha gestão à frente do SJPMG, por exemplo, que promovemos um ato de desagravo a ele, que havia sido vítima de um atentado de grupos paramilitares da direita, que estavam muito ativos naquele momento, tentando inviabilizar a chamada distensão “lenta, gradual e segura” do general Ernesto Geisel. Promover atos como esse naquele período implicava sempre algum risco, mas o Sindicato dos Jornalistas manteve essa postura, reafirmando seu papel de liderança contra a ditadura, que já vinha de duas ou três diretorias anteriores.

Você disse que havia naquele momento grande polarização política. Seria algo semelhante ao que vemos hoje?

Não. Embora a política seja um campo em que haverá sempre polarizações, e isto não é necessariamente ruim, quando as disputas ocorrem em torno de ideias, naquela época a situação era muito diferente do que temos hoje. A disputa entre PSDB e PT naquele momento se dava em torno de projetos diferentes de poder, mas ambos tinham em comum algum lastro em comum, que era o combate à ditadura. Mesmo entre os demais partidos que participaram daquela eleição, como o PSB e o PMDB, não havia defensores da ditadura, embora alguns de seus membros tenham servido a ela, de uma forma ou de outra.

A polarização de hoje, pelo menos neste momento em que conversamos (julho de 2021), está concentrada em um projeto claramente autoritário, que é o do Jair Bolsonaro, e outro, que é o do Lula, identificado por um longo período de governo repleto de contradições e malfeitos e, principalmente, por ter frustrado os sonhos de construir uma nação efetivamente menos desigual. Com o poder político que enfeixou em seus mandatos, o presidente Luiz Inácio poderia ter aprofundado as reformas em favor da maioria da população, mas optou por compor com as elites, em especial a financeira, e apenas distribuir migalhas, como o bolsa-família, à população pobre. Basta dizer que, como disse o próprio Lula, “os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como em meus governos”.

A polarização de hoje, portanto, não é benéfica para o país e tomara que seja quebrada em algum momento por soluções social e politicamente mais avançadas.

E qual a saída, na sua opinião? Quais reformas são necessárias?

Primeiramente, creio que é indispensável uma reforma política verdadeira, em que tenhamos partidos políticos bem definidos ideológica e programaticamente e sustentados por suas próprias bases, seus militantes, e não por verbas públicas compulsórias. Não é possível construir um sistema de governo democrático sério convivendo com mais de 30 partidos com assento no Congresso.

Outra reforma indispensável é a do desenho federativo. Nosso sistema atual é muito centralizado e todo o foco do poder se desloca para Brasília. O governo federal recolhe hoje mais de 80% da soma de impostos e isso o torna um foco de dominação e, simultaneamente, fonte e agente de corrupção. Precisamos de distribuir mais poderes aos estados e municípios, fortalecendo simultaneamente o poder de fiscalização dos respectivos legislativos.

A partir da efetivação desses dois movimentos reformistas, creio que o país teria uma base sólida para rever e reposicionar outros aspectos da nossa governança, em busca de soluções para, por exemplo, a morosidade do Judiciário, a busca de uma educação pública de base mais eficaz e de uma desigualdade social e economicamente infinitamente menor. Nossa desigualdade hoje é imoral e nós parecemos muito acomodados com ela, não nos indignamos mais ao conviver com a miséria.

Gostaria que você nos falasse um pouco sobre sua militância sindical e como você vê o sindicalismo brasileiro atual.

O que me levou à militância sindical foi a militância profissional, pois eu não era vinculado a partidos, legalizados ou não, que era uma das formas de iniciação sindical. Já nos tempos da faculdade, eu me envolvi nas discussões sobre a vida profissional e ajudei a criar e fui presidente do Centro de Estudos de Jornalismo, em que lutávamos pela melhoria das condições de funcionamento do curso e pela regulamentação da profissão, com reconhecimento da obrigatoriedade do diploma.

Já na militância profissional, acompanhei de perto a atuação do Sindicato dos Jornalistas de Minas, que rompeu com um ciclo de imobilismo da entidade e mergulhou no fortalecimento da ação sindical em todo o país, sob a liderança do saudoso Dídimo Paiva. Foi nessa época que as lideranças dos dois núcleos sindicais mais expressivos do país naquele momento – o do ABC paulista e o do Vale do Aço mineiro – vinham a Belo Horizonte beber na fonte da liderança do SJPMG, que acolhia a todos na Casa do Jornalista.

Não integrei a diretoria do Dídimo, mas fiz parte da seguinte, sob a liderança do Washington Melo e do Paulo Lott, e, depois do intervalo de uma gestão, sob a presidência do petista Tilden Santiago, fui eleito em 1984.

Essa foi a eleição mais disputada da história do SJMG e talvez de todo o sindicalismo brasileiro, com índice de comparecimento de eleitores próximo dos 99%. Atribuo a vitória de nossa chapa à proposta essencialmente profissional que fizemos, enquanto uma das outras chapas tinha um perfil nitidamente partidário e a terceira foi criada por inspiração do patronato.

Em nosso período, a Casa do Jornalista, nossa sede, manteve-se aberta aos movimentos sociais e políticos, sem discriminações, mas sem descuidar da defesa profissional. Não vou entrar em detalhes, mas posso dar como exemplo que em nosso último acordo sindical com os patrões fixamos um piso salarial de oito salários-mínimos para a categoria, piso que jamais havia sido obtido antes e que nunca mais foi recuperado. Isso foi conquistado graças à mobilização massiva dos associados, com assembleias que extrapolavam os limites da sede para ocupar espaços da área externa, e uma presença ativa da diretoria nas redações.

Quanto à ação sindical atual, é de se lamentar que tenha recuado tanto. Em parte, é claro, o alto índice de desemprego, que persiste desde meados do governo da Dilma Rousseff, contribui para essa realidade, mas em outra grande parte isso se deve à reforma sindical do governo Lula, que privilegiou a cúpula, na forma das Centrais sindicais, em detrimento das bases, os sindicatos.

As Centrais passaram a receber muito dinheiro da Contribuição Sindical, sem precisar de fazer força, e se tornaram antros de peleguismo, com atuação mais partidária do que classista. Vale lembrar que as comemorações do 1º



Em 1989, entrevistando Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República.

de maio passaram a ser grandes festas, com sorteio até de automóveis, em lugar de dia de mobilização.

Os sindicatos ficaram à míngua e foram definhando e se esvaziando. A pá de cal veio com o governo do Michel Temer, que acabou com a obrigatoriedade da contribuição sindical; sem respaldo das bases, os sindicatos não tiveram como se sustentar.

Como você vê o futuro do Brasil? É otimista?

Não sou um otimista panglossiano, nem tampouco um pessimista catastrofista. Vejo que o Brasil evoluiu razoavelmente nessas últimas décadas, mas ainda carrega um peso enorme de escolhas equivocadas, de cujas consequências não tem conseguido se livrar.

Fomos, por exemplo, o último país das Américas a acabar com a escravidão e o fizemos apenas pela metade, sem oferecer aos antigos escravos condições adequadas para se tornarem cidadãos. Ainda hoje pagamos alto preço por isto, seja na desigualdade social e econômica imposta aos negros, seja pela permanência de um racismo estrutural, muitas vezes dissimulado.

Ao longo de todo o século XX, estivemos mais da metade do tempo submetidos a ditaduras ou a regimes de exceção. Foram 15 anos sob a ditadura de Getúlio Vargas e outros 21 sob a ditadura militar, sem contar os períodos de estado de sítio, sob Arthur Bernardes. Ou seja, isso atrasou muito o amadurecimento da população e do próprio processo político, bastando lembrar que já tivemos dois processos de *impeachment* presidencial e estamos ameaçados de um terceiro, em pouco mais de três décadas de retorno à democracia.

Mas talvez nosso principal equívoco tenha sido o de não priorizar a educação básica da população. Enquanto nossa vizinha Argentina eliminou o analfabetismo ainda no século XIX, nós ainda temos considerável parcela da população analfabeta em pleno século XXI. Eu não diria que é impossível, mas é muito difícil construir uma nação solidamente democrática sem a conscientização da maioria de sua população e isso, o que só ocorrerá quando ela estiver suficientemente educada e informada.

***Jornalista**

BOM JARDIM DE MINAS

E SUA DEVOÇÃO BICENTENÁRIA AO BOM JESUS DE MATOZINHOS: FÉ E CULTURA FORMADORAS DE UMA CIDADE.

José Francisco Matos e Silva*

O imenso patrimônio cultural de Minas Gerais é formado por outros imensos patrimônios espalhados por toda a vastidão do nosso estado. Em cada município, seus distritos, vilas, arraiais, ruas e becos um mosaico da forma de ser e de estar de nossa gente. Dos sinos ao sabor da cultura temperada, cantada, poetizada e rezada, legados dos que formaram o que somos: mineiros, uai!





Ao debruçamos sobre a história de cada município de Minas Gerais, encontramos algo típico da gente que vive ali e que caracteriza o povo morador do lugar. Alguns lugares tem sabor de pão de queijo, de café, broa de milho, licor ou doces que enfeitam os balcões. Outros lugares tem cheiro de poesia, o ar respira a musicalidade no charme dos coretos das praças, as boas histórias contadas nas janelas ou cantadas pelos sinos que festejam e se emudecem em cada tempo fazendo da vida uma liturgia, como também é litúrgico o fazer do queijo, a colheita ou arrumar-se para acompanhar uma das procissões da Semana Santa. Em Minas Gerais até a política é cultura, revanchismo em grupinhos pelas praças e esquinas. Enfim, cada cantinho desta imensidão que é nosso “estado diamante” tem uma característica própria que se soma as outras todas para nos definir como um Povo que com seus poucos 300 anos de história é o guardião de um pouquinho do que temos em todas as outras nações e povos milenares. Em Minas Gerais não só cabe o Brasil, aqui somos um pouco do Mundo todo.

Peça fundamental deste mosaico cultural mineiro é a fé que gerou cultura e formou lugares. Enquanto o ouro era procurado pelo sertão adentro, entronizavam-se, também, inúmeras devoções, especialmente as portuguesas não só com a esperança da proteção, mais, sobretudo, para trazer para o novo mundo um pouco da “terrinha”, uma forma de diminuir a saudade e consolidar no Brasil que se formava a extensão do Reino de Portugal, da família que ficou longe, dos modos e hábitos que não se podia esquecer, criando uma nova forma de ser e viver sem perder a identidade e que gerava o Brasil, nosso Estado e, especialmente, uma cidadezinha do interior das Minas Gerais, Bom Jardim de Minas.

Bom Jardim de Minas teve o início de sua formação na segunda metade do século XVIII com a instalação de uma fazenda pelo português Antônio Correa Pereira de Lacerda e sua família, seguindo todo um ritmo: uma fazenda, uma ermida, uma capelinha, formava-se um arraial que com o passar do tempo virou uma Paróquia e virou cidade no século XX, na década de 1930, consolidando o Estado Novo e a política getulista, tornando-se, desde então, um município, tendo um distrito e inúmeras comunidades rurais, porém, algo nesta história toda não se perdeu.

Do século XVIII sobraram poucas coisas, algumas casas no que hoje é o centro da cidade, a Igreja antiga e as lendas e histórias da Fazenda do Bom Jardim do Lacerda, mas permanece inalterada por 240 anos ininterruptos a devoção e a comemoração ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos, iniciada em 1781 quando foi entronizada na capela do Lacerda a bela Imagem do Bom Jesus crucificado, ainda vivo, com os detalhes iconográficos típicos.

Celebrada nos últimos 100 anos no mês de agosto, mas já tendo sido celebrada em abril ou setembro em tempos anteriores, a “Festa de Agosto”, como conhecemos e chamamos hoje a festa do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, é o principal fator cultural de todo o desenvolvimento social, populacional e político para que a fazenda do século XVIII chegasse a ser cidade no século XX.

Além da fé, fator crucial e importantíssimo, o movimento da Festa do Bom Jesus em seus primórdios foi fator de expansão urbana, pois graças ao giro da procissão e que as ruas foram se formando e dando lugar à possibilidade de construções de casas além do centro que era entorno da antiga sede da fazenda; o fluxo de visitantes era causa de miscigenação dos primeiros residentes no lugar e, conseqüentemente, fortalecimento da economia com a necessidade de aumento de oferta de produtos; a consolidação de uma identidade própria que ultrapassa a religiosidade católica para impregnar em todos os bonjardinenses que aquele momento do ano é importante e é tempo de volta para a cidade, rever família, estar com os amigos e é pela festa que se mate-

rializa o maior patrimônio cultural imaterial do município que é sua realização religiosa e social com a promoção de festividades e hábitos típicos do interior como leilão de prendas, alvoradas, apresentação da banda, barraquinhas, fogos e o andar do povo para cima e para baixo na hoje Praça Presidente Vargas, exatamente no mesmo lugar onde há 240 anos o fundador da Fazenda fincava as primeiras estacas do que seria o município e a cidade de Bom Jardim de Minas, tudo em torno de uma Imagem e a devoção ao Bom Jesus de Matozinhos, como é feita na região do mesmo nome em Portugal que tão forte abarcou as outras culturas religiosas dos outros povos imigrantes formadores do lugar, a tradição do Bom Jesus de Matozinhos, tipicamente portuguesa não deu lugar a qualquer uma outra, incorporando a si traços das culturas italiana, espanhola e árabe, também formadoras do povo bonjardinense.

Viver a Festa do Senhor Bom Jesus de Matozinhos na cidade de Bom Jardim de Minas é dar continuidade a cultura religiosa e expandir o conceito de que cultura não é vivida em apenas grandes museus ou bibliotecas, é viver e experimentar que a riqueza cultural de uma gente, do povo, das Minas Gerais se revela nas pequenas coisas, em um final de semana da agosto, no frio do cintilar dos dobrados pelas ruas, do alvoroço pela espera dos parentes que vão vir de longe, no enfeitar as janelas para as procissões e no arrematar as prendas do leilão, podendo desfrutar também do clima saudável da Serra da Mantiqueira, visitar mais de uma centena de cachoeiras e remansos, saborear vários tipos de queijo produzidos por aqui e que já despontam como de alta qualidade no cenário nacional e, especialmente, conviver com o Povo de Bom Jardim de Minas que celebra sua vida, sua forma de ser, sua cultura e renova sua fé em todo mês de agosto, ao celebrar por 240 anos, em 2021, o Senhor Bom Jesus de Matozinhos de Bom Jardim de Minas.

***Advogado, sócio fundador da Associação Cultural Recanto do Saber e da Experiência Dr. Celso Nardy Chaves – Bom Jardim de Minas/MG, vice prefeito do Município de Bom Jardim de Minas – 2021/2024.**

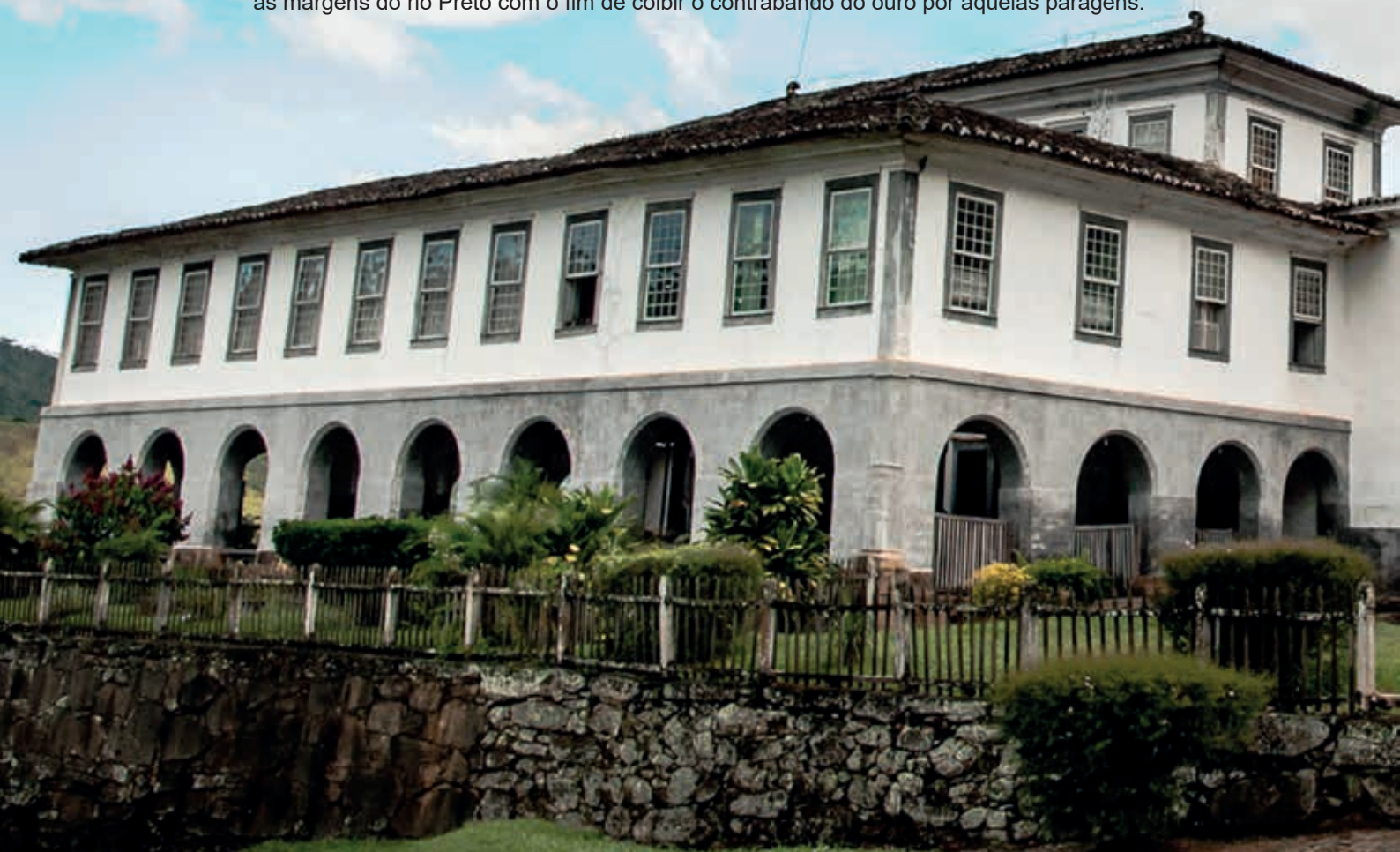
História

FAZENDA SANTA CLARA: *Patrimônio Histórico é atração turística da Zona da Mata Mineira!*

Rodrigo Magalhães*

A origem

O guarda-mor do outrora Sertão Proibido do Rio Preto, Francisco Dionísio Fortes, no despertar do século 19 mandou construir um sobrado sobre os monumentais alicerces de pedra onde funcionava anteriormente um velho presídio. Esse antigo aquartelamento havia sido edificado em 1780, por ordem da rainha de Portugal D. Maria I, em ponto estratégico às margens do rio Preto com o fim de coibir o contrabando do ouro por aquelas paragens.



Seu irmão e antecessor doutor Luiz Fortes de Bustamante e Sá, que foi o primeiro guarda-mor nomeado para o Registro do Presídio do Rio Preto, em 1798, havia requerido para si justamente o território onde se edificara o Presídio Velho, originalmente duas sesmarias de *'légoa em quadra'* (1800 alqueires geométricos).

Consta que membros da família Fortes de Bustamante desde 1760 já palmilhavam aquela região do Vale do Rio Preto, que ainda no final do século 18 foi aberta à mineração. De Juiz de Fora foram para São João Del Rei, de onde parte da família migrou para Rio Preto. No território deste último município, lograram êxito em encontrar ouro em abundância, obtiveram diversas sesmarias e rapidamente se tornaram os principais personagens daquela região da zona da mata mineira.

Fase do ouro

A fazenda Santa Clara foi o local escolhido por Francisco Dionísio para residir em companhia de sua família, após a transferência do presídio para o arraial de Rio Preto e a consecução de suas obras, transformando-a em uma espécie de núcleo central de seus vastos negócios pela região.

Documentos sugerem que em 1815 a casa sede da fazenda já estava concluída. Era de mediano porte e possuía dois pavimentos edificadas sobre alicerces de pedra em arcadas, sustentando a estrutura autônoma de madeira, com vedação em taipa. Além desse sobrado, um engenho de açúcar e uma roda d'água também já existiam, de acordo com um mapa datado de 1815.





Fase do café

Por volta de 1820, com o falecimento de Francisco Dionísio a fazenda Santa Clara ficou de herança para Francisco Thereziano Fortes de Bustamante, oficialmente o filho mais velho, casado com a sua prima Maria Tereza de Souza Fortes. Às edificações realizadas pelo pai no período do ouro, comendador Thereziano acrescentou muitas outras, fazendo o suntuoso imóvel sede da fazenda parecer uma grande construção de estilo medieval, “*lembrando os castelos feudais do Reno*”, como certa vez comparou um viajante estrangeiro.

Em meados do mesmo século, no auge da produção cafeeira, foi iniciada a segunda fase construtiva, com acréscimo de cômodos e modificação da entrada da casa, além de um terceiro pavimento. Thereziano mandou construir uma suntuosa rampa para dar acesso ao pátio de tropas, do lado direito da casa principal, que passou a ser

composta, na sua maior parte, pela ala social. Tornou-se, assim, uma edificação de três pavimentos sustentados por grandes arcos que formavam o porão da casa, que por sua vez servia como estacionamento abrigado de liteiras e montarias. Ligado, pelo lado direito, à área administrativa e de serviços da fazenda, o conjunto era completado pela senzala, circundando o pátio de tropas.

Depois de 1850, em uma terceira etapa, mais cômodos foram acrescentados ao redor desse mesmo pátio interno. Certamente nessa época já era uma das maiores casa sede de fazenda (particular) edificada no Brasil até então, com seus mais de seis mil metros quadrados de área construída. No total, três pisos e ainda um mirante acima de tudo. Três senzalas, masmorra no subsolo, térreo e, de lá para o piso superior, uma portentosa escada de pedra do tipo que só existia em prédios do governo. E muita cantaria, que foi um dos principais marcos da arquitetura colonial e barroca.



Esse período de obras integrantes do imóvel acrescidas pelo comendador Thereziano são chamadas de fase do café, em referência à gigantesca fortuna acumulada por ele oriunda de seus vastos cafezais. Ele a transformou em uma grandiloquente edificação, conhecido à época como Solar dos Fortes, famosa por possuir 365 janelas. “*É a voz do povo que seu construtor e morador queria ver o sol nascer em cada dia do ano em uma janela diferente*”, noticiou em meados do século 19 um importante jornal da Corte. O prédio abrigava, ainda, 52 quartos (um para cada semana) e 12 salões (representando cada mês do ano).

Curiosidades e mistérios

De início, chama-nos atenção o fato de existir no subsolo (ou primeiro pavimento) da fazenda Santa Clara um calabouço que comportava até 200 escravos presos,

com seus diversificados instrumentos e objetos de castigo e tortura. Mesmo que o comendador Thereziano, de fato, possuísse perto de dois mil cativos, conforme sugerem alguns documentos, essa constatação impactante toca pelo fato de ser a Santa Clara, aparentemente, a única fazenda escravocrata do Brasil que se tem registro da existência de uma masmorra (uma gigantesca cadeia), e ainda por cima instalada logo abaixo da área residencial da casa (sala de refeições). Como bem disse Leoni Lório, um reconhecido historiador regional, “*uma visita ao subterrâneo de Santa Clara vale pela leitura de uma página instrutiva sobre a vida da escravatura e as diversas modalidades de suplícios aplicados à raça mártir e heroica (...). O direito de punir, de punir com o mais exagerado rigor, era absoluto entre os senhores*”.

Aventa-se, ainda, que a fazenda é tão grandiosa e com números representativos, como 365 janelas-dias, 52 quartos-semanas, 12 salões-meses e uma escada com



degraus de acordo com o pai-nosso, pelo fato de ser uma construção baseada nos conceitos da “geometria sagrada”, que é a ciência de construir prédios de acordo com números sagrados ou cabalísticos, trazida da Europa para o Brasil pela Ordem de Cristo, no século 18.

Impressiona também a suspeita cada vez mais crescente da ocorrência da prática deplorável de reprodução (humana) de escravos nas senzalas da Santa Clara, possivelmente naquelas situadas logo abaixo dos cômodos que abrigam o interessante correr das 29 janelas ‘pintadas’ nos fundos da senzala que, por questão de ‘segurança’, não devia ter janelas ‘reais’. Embora não exista comprovação fundamentada em documentos dessa prática, há pesquisas incipientes nesse sentido a fim de desmistificar esse e tantos outros mistérios relacionados à fazenda Santa Clara.

Enfim, são tantas curiosidades e mistérios ligados à fazenda que o famoso clérigo, professor e escritor Francisco Bernadino de Souza, que visitou a fazenda Santa

Clara em 1861, assim se expressou: “(...) *quizera discorrer o que ahi vi, mas forçoso é que recue ante a impossibilidade de dizer tudo: não desejo esboçar um quadro pallido e sem côr, e melhor é não tentar a experiência*”.

Atração turística

Resistindo ao tempo, o expressivo conjunto arquitetônico e paisagístico da fazenda Santa Clara foi tombado pelo IEPHA em agosto de 2014. Situada entre as cidades de Rio Preto e Santa Rita de Jacutinga, no município deste último, é aberta à visitação, e atualmente se destaca como patrimônio histórico-cultural e atração turística da zona da mata mineira!

***pesquisador e historiador riopretano, autor do livro *DESCOBERTO DA MANTIQUEIRA – O Sertão Proibido do Rio Preto* (Interagir Editora, 2017), fonte de consulta para o presente artigo.**



CONSTRUINDO A PAZ

Silvestre Gorgulho*

Nobel tem seis categorias anuais: Paz, Física, Química, Medicina, Literatura e Economia



Fotografia: SXC

Construir a paz é saber liderar um grupo, deixando de culpar os outros, para assumir as responsabilidades que provocam mudança. O conceito de paz implica na ausência de violência. Implica em luta pelo respeito à justiça social, econômica e religiosa, aos direitos humanos e às conquistas que buscam mitigar a pobreza, a fome e as desigualdades. Sem comida não há paz. O símbolo mundial da paz e o maior líder pacifista da história moderna não foi contemplado com o Prêmio Nobel da Paz. Sim, precursor da filosofia “Satyagraha” ou “Verdade-Firmeza”, o indiano Mahatma Gandhi, que conseguiu a independência da Índia em 1947, não recebeu essa honra. O fato diminui a premiação? Não! Mas mostra que também ela sofre por interesses políticos dos mais diversos.

Em 10 de dezembro de 1901 houve a primeira entrega oficial do Prêmio Nobel da Paz, criado por Alfred Nobel. Como entender que um fabricante de armas criou o maior prêmio de reconhecimento por iniciativas que visem a paz? Vale lembrar: no final da vida, Alfred Nobel (1833-1896) sentiu-se incomodado pelo uso feito de seu invento: a dinamite. Paradoxalmente, graças a sua revolucionária invenção, milhões de pessoas no mundo morreram pelas bombas e outros artificios de guerra. Mas, a história mostra que essa nunca foi a intenção de Alfred Nobel. Ele ganhou fortunas, mas perdeu as esperanças quando o homem fez de sua invenção uma máquina de matar. Ao morrer, fez o testamento destinando sua fortuna para a “The Nobel Foundation”, que incentivaria aqueles que alcançassem avanços de “grande benefício para a humanidade”.



COMO FUNCIONA A ESCOLHA DOS PREMIADOS

A escolha do Prêmio Nobel funciona assim. Existem seis categorias do prêmio: Paz, Física, Química, Medicina, Literatura e Economia. Cada categoria tem seu próprio comitê especializado. Esse comitê tem a missão de solicitar, receber e analisar indicações de candidatos feitas por professores, cientistas e acadêmicos. Cada ano são centenas de indicações. Cada comitê escolhe os finalistas obedecendo seus próprios métodos.

Por que não há Prêmio Nobel para a Matemática? Bem, essa é uma boa história. A Matemática ficou de fora. Apesar de extensas especulações, não se sabe com certeza o porquê dessa omissão. E para matemática não ficar fora do movimento dos grandes e prestigiados prêmios, matemáticos de várias partes do mundo, no congresso mundial de matemática de 1924 em Toronto, no Canadá, decidiram criar duas medalhas de ouro para reconhecer o mérito dos matemáticos que se destacarem.

E O PRÊMIO NOBEL DE MATEMÁTICA?

As especulações do porquê que Alfred Nobel não deixou um prêmio para a Matemática são muitas. A mais comum, embora não tão bem fundamentada, é por ele ter se decepcionado com uma mulher com a qual tinha uma relação amorosa séria. Segundo especulações, ela o rejeitou por um outro sueco, o famoso matemático Gosta Mittag-Leffler. Alfred não sublimou essa perda.

E por que o Nobel da Paz é concedido em Oslo, na Noruega? Esta e outra questão que desperta curiosidade e que ganha asas no mundo das especulações. De fato, Alfred Nobel deixou explícito que o Prêmio da Paz deveria ser entregue em Oslo e não em Estocolmo. Segundo Turill Johansen, ex-secretária da Fundação Nobel, ninguém sabe a verdadeira razão. Mas especula-se que na época, a Noruega pertencia à Suécia

e Alfredo parecia gostar dessa união. Então preferiu deixar por escrito, em 1895, seu desejo de que o parlamento norueguês selecionasse o comitê responsável pelo Nobel da Paz.

PRÊMIO NOBEL DA PAZ

O Prêmio Nobel da Paz é o mais famoso, mais prestigiado e o mais conceituado de todos. Tem uma história de 121 anos. Hoje é a comenda mais valorizada da História, tanto que a simples indicação ao Nobel da Paz já é um título de distinção. A premiação, concedida por méritos, já foi dada 817 vezes a indivíduos e 23, a organizações. Pouquíssimos ganharam mais de uma vez - no total, foram 813 pessoas e 20 entidades.

O Brasil nunca teve um Prêmio Nobel. E não é por falta de trabalho. *(Ver outras três matérias nesta edição BRASIL E O PRÊMIO NOBEL)*. Mas neste lugar, a Argentina ganha do Brasil de 5 a zero. O país mais premiado com o Nobel são os Estados Unidos.

E o Brasil? Ah! O Brasil ainda reclama muito de nenhum de seus cidadãos ter recebido essa indicação. Daí, a importância do ato registrado neste mês de janeiro em Oslo, na Noruega. Em nome da paz foi protocolado no Conselho Norueguês do Nobel (The Norwegian Nobel Committee), o nome do ex-ministro Alysso Paolinelli para o Nobel 2021. A indicação partiu de entidades brasileiras, capitaneados pelo Diretor da ESALQ – Escola Superior Agricultura Luiz de Queiroz, professor Durval Dourado Neto, pela USP – Universidade de São Paulo, e pelo ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, professor e coordenador do Centro de Agronegócio na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas.

Vale lembrar o próprio professor Alysso Paolinelli: “sem comida não há paz. Sem paz não há harmonia nem desenvolvimento social e econômico”.

***Jornalista, ex-secretário de Cultura de Brasília, editor da Folha do Meio (Ambiente)**



12 DE NOVEMBRO

Bruno Terra Dias*

Compreender o 12 de novembro exige conhecimento de tempo, ideias, cultura e fatos. Não existe uma data significativa em si, porém, sempre atrelada a algum acontecimento, a algum personagem, a um momento histórico. Lançada a esmo, uma data pode implicar indagações extremamente diversificadas, perdidas e desfocadas, por não haver em seu favor uma notória festividade em comemoração, a despeito do que possa haver registrado. Uma data encerra imprevisões e improbabilidades, tão extensas quanto pensar na infundável série de coincidências genéticas para que cada um de nós pudesse nascer. Dir-se-á que ser, estar no mundo de ideias e fatos para dele participar, como coadjuvante ou protagonista, já é um paradoxo. Que dizer, então, do herói e do mártir, daqueles que, reconhecidos ou não pela posteridade, deram suas vidas por uma causa, uma ideia, para fazer Justiça?



Ritópolis, MG, município onde estão as ruínas da Fazenda do Pombal, local de nascimento de Joaquim José da Silva Xavier, em 1746.

É próprio do saber humano o erro de atribuir fatos reais a seres imaginários, fatos irreais a seres reais, reconhecer incertezas confiantes e desprezar verdades tímidas. Esse é o padrão de imperfeição comum à nossa espécie, frequentemente levada por intenções de terceiros que desconhece, pela irreflexão, pelo preconceito, absolutização do provisório, apego ao transitório. Não há, humanamente, o puro em si, o desafetado de incoerência e inconstância, porém, sempre a incidência de variáveis talvez desconhecidas e outras circunstâncias de defesa e ocultação indevidas. O representante do final de uma era não é menos respeitável, mas seus olhos podem ser percebidos por muitos ângulos, pois sua alma está exposta. Assim são heróis e mártires, dos quais tantos finalizaram com seu sacrifício um momento histórico para inaugurar o novo e permitir que se realize o horizonte no porvir.

Nem sempre o tempo da narrativa coincide com o melhor momento do leitor, como a intenção por detrás do fato pode não coincidir com a do relato. Há incógnitas a serem supridas e respondidas, como a geografia evoca a história e o espaço lembra o tempo em aproximações imperfeitas e desgaste de consciências no embate entre a história das massas submetidas diferenciando da dos soberanos. Há o descontínuo entre uma metáfora da vida e outra da morte, o que não se repete quando relegamos um pensar estanque para abraçar o complexo de realizações e de frustrações implicado a cada instante. Um deslocamento do eixo de locução, do erudito ao popular, da aceitação à negação, do reconhecimento ao desprezo, é corrente em narrativas que beneficiam, de algum modo, quem se aventura em construir o insustentável ou negar o evidente, destruir fatos e deportar protagonistas.

O berço de uma política seletiva por conveniência é a desordenação do saber, a ordenação da decadência, o furor das ideias do que pode ou não pode ser. No entanto, a morte do nome consagrado ao ato heroico inusitado não empalidece suas ideias e convicções, porém pode eternizá-las para muito além das circunstâncias de momento. Mais do que ao tempo dos fatos e respectivas interpretações, frequentemente tortuosas, o esforço intelectual a serviço de uma con-

cepção de política de Estado impõe palavras a quem não as teve, esquecimento a quem deveria ser lembrado, ternura à traição e à tortura, esquecimento e desventura.

Histórias exemplares incluem o que foi apartado, porque o povo fala por símbolos, muito além do que as palavras aparentemente limitam. O grande homem, herói ou mártir, fala mais profundamente em sua morte, mesmo quando amaldiçoado, lançando à posteridade indagações fundamentais: qual é a verdade histórica?; a do tempo da narrativa?; a do tempo do discurso do historiador? Nem sempre a coincidência entre fato e narrativa aparece no discurso do historiador, especialmente quando disposto à composição da conveniência ideológica de seu financiador, porque o intelectual a serviço é quase um escravo, eterno devedor. É assim que adquire sentido a advertência de que por traz do amor existe uma traição, já que o intelectual de favor ou remuneração com facilidade deturpa a história. Se as emoções são verdadeiras, os discursos nem sempre; há tanto de mito poético quanto político.

O inferno é a ignorância, sempre cumulativa, não saber da vida, não saber a palavra, não saber a morte que fala e diz eloquentemente o homem. O mediterrâneo brasileiro, feito de montanhas e vales, era o sertão mineiro do século XVIII, desbravando terras auríferas, procurando pedras, margeando o rio São Francisco, e contava muitos casos críveis de eventos inaceitáveis. Escritor e leitor não são imparciais, pois levam consigo sua cultura, sua religião, suas intenções e todos os significados da palavra, mas não devem mentir nem falsear, muito há por minerar, extraindo das entranhas dessas terras suas verdades.

Não vivíamos uma República da virtude, nem poderíamos. Era a Colônia, a terra dos refugados, dos párias, dos escravos, dos submetidos, dos explorados que, em 1746, viram nascer na Fazenda do Pombal, atual Município de Ritópolis, o filho de um português, Domingos da Silva Santos, e de uma mulher destas terras, Antônia da Encarnação Xavier. Era o início da biografia de Joaquim José da Silva Xavier, eternizado como Tiradentes, designação correspondente ao ofício aprendido com seu padrinho, Sebastião Ferreira Leite, por quem foi criado. Cresceu no



Comenda da Liberdade e Cidadania, criada em conjunto, entre os municípios de Ritápolis, São João del-Rei e Tiradentes, para homenagear o grande Herói Nacional, Joaquim José da Silva Xavier, no dia e local de seu nascimento

ambiente de decadência da mineração, dos impostos altos e da impossibilidade material de pagar o que a Coroa pretendia, sem oferecer em troca nenhum serviço digno, apenas a discriminação para preenchimento dos cargos relevantes e do comércio, posições reservadas a portugueses somente. A carga tributária não se resumia ao quinto cobrado da produção suposta de ouro, mas chegava a compor mais de 90% do preço final de produtos destinados a Minas Gerais, o que era insuportável.

O sucesso da Independência Americana e obras iluministas animavam espíritos coloniais, especialmente aqueles que eram levados para estudar na Europa, de modo que não era de espantar o surgimento de movimentos emancipacionistas e de reconhecimento de nacionalidade distinta da portuguesa aos nascidos em território brasileiro. As francas injustiças com os coloniais acirravam ânimos, pois eram excluídos das benesses da Corte que sustentavam com incidência de carga tributária excessiva. A própria discriminação dos aqui nascidos gerava sentimento de diferenciação que, mais cedo ou mais tarde, haveria de emergir sob forma de pretensões nacionais e de implantação de uma república onde fos-

sem verdades as lições de Rousseau e da Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia, dentre outras.

Os tempos eram de escravidão e subserviência, ainda pretensões de investidura divina e repulsa à ideia de revezamento periódico na Chefia de Estado, gestão pública rígida com o povo e maleável à nobreza de sangue, escassa comunicação e proibição de comércio das Minas com a Bahia, exclusividade do comércio com o Rio de Janeiro e impedimento da indústria, ausência quase absoluta de educandários e repetição de vidas desesperançadas. À pessoa comum, dependente em tudo de favores, seguramente era difícil ou impossível imaginar um sistema de direitos sociais e de bem estar. Somente o contato com ideias e ideais cultivados na Europa poderia influir na concepção e entendimento de relações entre os domínios público e privado, na apreensão e compreensão do que se poderia denominar de cidadania. No entanto, é certo que também nas sombras de um sistema de poder decrépito continua a vida, e assim haveria de ser, defendendo a trindade que se fez lema na Revolução Francesa, ocorrida meses após a Inconfidência Mineira.

“...É um herói tipicamente republicano, martirizado no período colonial por sonhar e desejar a forma de governo de que desfrutamos hoje e de que não reclamamos, pois tem como condição de existência a renovação periódica na chefia de Estado e na chefia de Governo...”

Como poderia, naquelas circunstâncias de momento, delatado por Joaquim Silvério dos Reis, preso e condenado por amor à sua terra e à liberdade, por desejar república em lugar de monarquia, por ser havido criminoso de prática inconfidente, um delito de lesa-majestade, ser Tiradentes cultuado pelos governos colonial e, posteriormente, imperial? Sua vontade foi parcialmente cumprida trinta anos após a execução da pena capital, mas é compreensível que a monarquia desejasse seu obscurecimento e esquecimento históricos, pois a trama republicana era, fundamentalmente, uma trama contra o poder estabelecido e a Independência do Brasil foi proclamada para determinar a continuidade da mesma estirpe na chefia de Estado, mantendo íntegra a monarquia. D. Pedro I, autor da proclamação da independência e primeiro imperador, era neto de D. Maria I, “a Piedosa”, também conhecida como “a Louca”, Rainha de Portugal e Algarves, de 1777 a 1815, que confirmou a pena de morte a Tiradentes; D. Pedro II era filho do primeiro imperador e bisneto de D. Maria I, ele também não poderia cultuar um condenado e amaldiçoado, pois quebraria a cadeia monárquica, admitindo falha censurável da ancestralidade em assegurar a manutenção da Casa de Bragança no poder; agir de outra forma, significaria para D. Pedro II trair sua estirpe e a forma de governo que o fazia imperador.

Joaquim José da Silva Xavier somente poderia ter reconhecida sua dignidade cívica se a República fosse proclamada, fato ocorrido em 15 de novembro de 1889. É um herói tipicamente republicano, martirizado no período colonial por sonhar e desejar a forma de governo de que desfrutamos hoje e de que não reclamamos, pois tem como condição de existência a renovação periódica na chefia de Estado e na chefia de Governo. Questionamentos sobre sua contribuição intelectual para o movimento inconfidente são de subalterna importância, pois o que o distingue como personagem histórico diz respeito à propaganda dos ideais, a pregação de princípios e a reafirmação de tudo o que fez, mesmo ciente do risco de pena capital, quando o homem comum seria tentado a buscar a preservação da própria vida e negar fatos para alcançar tal desiderato. O herói se fez no momento histórico decisivo, que desencadeou a sucessão de acontecimentos que servem de galardão a D. Pedro I.

Em 1965, por meio da Lei nº4.867, de 9 de dezembro, foi Tiradentes proclamado Patrono Cívico da Nação Brasileira, sua memória foi assim restaurada e seu papel fundamental foi reconhecido. Celebremos a data de seu nascimento, 12 de novembro de 1746; celebremos os 275 anos do grande patriota. Sua morte abriu portões da vida eterna, na companhia dos bons, em elevação a Deus.

***Desembargador, ex-presidente da AMAGIS, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.**

OURO, FÉ E LIBERDADE

Rogério Medeiros Garcia de Lima*

O músico, escritor e professor são-joanense, Abgar Campos Tirado, observou, com sua invulgar inteligência, que São João del-Rei possui um “encanto diferencial”. Deveras, a cidade está erguida em sítio privilegiado. Compõe paisagem pictórica: o magnífico vale, cercado por montanhas e cortado pelo Córrego do Lenheiro. As edificações históricas - designadamente as Igrejas barrocas e as duas pontes de pedra - embelezam ainda mais o panorama.

Sinto-me, desde a mais tenra infância, são-joanense integral. Naqueles idos, gravei na memória a cor púrpura das vestes episcopais. Em 1967, assisti com meus pais, da sacada do Solar dos Neves, à sagração do Bispo Dom Lucas Moreira Neves. O Largo do Rosário estava apinhado de eclesiásticos. Exibia bela paisagem purpúrea. Nunca apaguei da lembrança a solene e concorrida celebração. Sou privilegiado por ter assistido ao despontar de um dos maiores prelados da Igreja Católica. Nenhum religioso brasileiro galgou tão altos cargos na hierarquia do Vaticano.



Fotografias: SXC



Homem notável, o conterrâneo Dom Lucas tinha fulgurante inteligência. Por ocasião de seu falecimento, escrevia Dom Luciano Mendes de Almeida: “Dom Lucas tornou-se, em Roma, mais um homem de visão sobre o mundo e o Reino de Deus, mas conservou sempre a simplicidade amiga do mineiro nascido em São João del-Rei” (Dom Lucas, Fiel Servidor, Folha de São Paulo, 14.09.2002).

Eram imperdíveis suas crônicas publicadas pelo Jornal do Brasil, posteriormente compiladas no livro Memorial de Fogo e Outras Crônicas (Editora Record, 2000). Membro da Academia Brasileira de Letras, Dom Lucas era arguto pensador e primoroso escritor. O ensaio Memorial de Fogo discorre sobre a descoberta de Deus pelo filósofo e matemático Blaise Pascal. É texto lapidar:

“Não se descobre impunemente este Deus pessoal, que irrompe na história da humanidade e na pobre história de cada um; este Deus capaz de nascer sob forma de criança indefesa, capaz da amar, de morrer; este Deus que merece o nome de Emanu-El, Deus conosco. Quem O descobre, onde e como for, só tem um anseio: o de comunicá-Lo”.

São João del-Rei foi erguida sobre fartos veios auríferos. A extração do ouro propiciou fortunas, que possibilitaram a edificação de majestosas igrejas: Carmo, Pilar e São Francisco. São templos que “conversam” com os fiéis pela “voz” dos sinos. Aqui, assinalou o são-joanense Otto Lara Resende, “os sinos falam”.

Os são-joanenses somos barrocos congênicos. Há mais de dois séculos cultivamos fervorosas tradições católicas. Organizamos inúmeras procissões. Culminam com o Enterro, na Sexta-Feira da Paixão. Desfilam pelas ruas religiosos, sob suntuosos pálios; irmandades, em opas; fiéis com velas às mãos; e imagens seculares, sobre esplendorosos andores. A atmosfera se impregna do incenso emanado de turíbulos balouçantes. Orquestras bicentenárias e coros entoam cânticos sacros. De passo com a religião, a arte aflora com fecundidade.

O Barroco é expressão artística da Contra-Reforma. A Igreja Católica, pela exuberância dos templos e artes sacras, opunha seu esplendor aos protestantes. Impressiona fiéis e idealiza uma dimensão terrena do Paraíso. A beleza barroca das velhas cidades mineiras nos aproxima de Deus.



Assim como nunca renegou a fé e a tradição, São João del-Rei jamais refugou os ideais libertários. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, nasceu na Fazenda do Pombal, hoje situada no vizinho Município de Ritópolis. Foi batizado na Igreja do Pilar, em São João del-Rei. Os “Autos da Devassa” registram declaração do Protomártir da Independência à autoridade inquiridora, onde afirmou ser natural da “Comarca de São João del-Rei”. A são-joanense Bárbara Heliodora é uma das heroínas da Pátria. Evitou que o marido, ouvidor e poeta Alvarenga Peixoto, delatasse os companheiros inconfidentes em momento de fraqueza moral.

Meninos eu vi. Tancredo Neves, ao assumir o governo de Minas Gerais, em 1983, discursou da sacada do imponente Palácio da Liberdade: “Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade. Liberdade é o outro nome de Minas”. O governador são-joanense estava predestinado a conduzir, com sabedoria e habilidade, a transição democrática de 1985. Sacrificou a saúde e a vida, para glória desse ideal. Foi sepultado em São João del-Rei e repousa no panteão dos heróis da Pátria. Sobre a lápide, no cemitério de São Francisco, lemos

célebre frase proferida outrora aos conterrâneos: “Terra minha, amada, aqui terás os meus ossos, como última identificação do meu ser com este rincão abençoado”.

De par com o sagrado e o político, também cultivamos nossa verve mundana. São João del-Rei é cidade jovial. Festeja alacremenente o carnaval. Aprecia teatro, festivais e apresentações musicais. Possui qualificadas universidades e instituições de ensino. Sua produção intelectual é nacionalmente reconhecida. Os restaurantes servem a melhor comida mineira. A Maria Fumaça apita, anunciando a viagem até Tiradentes. Nós mineiros - já se disse - temos uma montanha diante dos olhos, uma banda soando nos ouvidos e um trem de ferro correndo nas veias...

Enfim, São João del-Rei é fértil exemplo para o Brasil. Ao lado do esplendor barroco produzido pelo ciclo do ouro, ostenta a firmeza do caráter da terra e dos seus cidadãos. Sem renegar a fé e a liberdade, nosso torrão natal é contraponto àqueles que, comodamente, renegam as próprias ideias com desfaçatez.

***Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; professor universitário; Sócio-Correspondente da Academia de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**



Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Conselheiro Lafaiete

Caminho Novo, supõe-se, é óbvio, a existência de um caminho velho, que seria, então a Estrada Real. O Caminho Novo é, pois uma alternativa da Estrada Real.

Nesta Historicidade, ligada ao Caminho Novo, não podemos deixar de registrar a presença benéfica da Igreja, na formação daquelas comunidades (povoados e cidades), incluídas no roteiro do Caminho Novo, que poderíamos chamar, por antonomásia, de “Caminhos da Fé”. Com efeito, podemos dizer que o Caminho Novo abriu novos caminhos para a Igreja e para a Ecologia integral. Foi, sem dúvida, grande a sua contribuição. É do conhecimento de todos que os Bandeirantes traziam consigo o Capelão da Bandeira que exercia a função de verdadeiro Missionário. Aqui em Ouro Preto, a primeira Missa foi celebrada pelo Padre Faria que era Capelão da Bandeira.

O Caminho Novo traz as marcas dos passos de alvissareiros Anunciadores da fé e da paz, os Bispos e Arcebispos da Arquidiocese de Mariana, cujos empenhos pastorais, demonstrados, sobretudo nas suas numerosas e profícuas Visitas Pastorais, foram qualificados, pelos Historiadores, como salutares e frutuosos. O valioso testemunho que deixaram, não pode ser esquecido. Assim sendo, procurarei lembrar, aqui, alguns daqueles Prelados Marianenses, cujos trabalhos apostólicos de bravos Operários do Evangelho, marcaram época. Começarei por Dom Frei

Cypriano de São José, V Bispo de Mariana (1798 – 1817), que nos quase 19 anos, à frente do governo da Diocese, empreendeu numerosas e cansativas Visitas Pastorais, com longas viagens, efetuadas em liteiras ou em lombos de cavalos, através de sertões inóspitos. Uma das Paróquias por ele visitada era denominada “Glória do Caminho Novo”, hoje, conhecida como Juiz de Fora. O Bispo costumava ficar cinco ou seis meses fora da sede episcopal, em visitas pastorais, evangelizando e orientando o Povo de Deus, nas diversas regiões por onde passava, regiões que, em grande parte, coincidiam com o roteiro do Caminho Novo.

No Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, encontramos relato extenso e minucioso de Dom Frei José da Santíssima Trindade, VI Bispo de Mariana (1820 – 1835), por ocasião de suas viagens, ao ensejo das Visitas Pastorais às “Freguesias” (Paróquias) da Arquidiocese. Nesse relato o zeloso Bispo registra suas impressões, constituindo, assim, um amplo e valioso painel, acerca das condições religiosas e sociais do Bispado de Mariana, na primeira metade do sec. XIX. Em seu relato, Dom Frei José nos oferece informações preciosas, não só para a arqueologia da Arquitetura religiosa, mas também para o conhecimento das condições econômicas, bem como dos comportamentos sociais e políticos dos habitantes das Minas Gerais, naquela época.



Matriz de Nossa Senhora da Piedade, Barbacena

Outro Bispo que desenvolveu uma ação social maravilhosa foi o santo e sábio Dom Antônio Ferreira Viçoso, IX Bispo de Mariana (1843 – 1875). Ele promoveu uma renovação geral na Diocese, destacando-se na defesa dos escravos e na formação integral da juventude. Dom Viçoso muito se esforçou por suavizar a sorte miserável dos escravos de sua diocese e muito se alegrou, quando percebeu que se iniciava no Brasil o movimento em favor da abolição da escravatura. Em uma de suas Visitas Pastorais, Dom Viçoso chegou a tempo de fazer com que se evitasse um grande crime que estava para ser cometido pelo Subdelegado do lugar. Ao ser apresentado ao Bispo, o Subdelegado, num gesto de cortesia para com a Autoridade Eclesiástica, disse-lhe que havia transferido, para outro dia, a execução de um criminoso, para não enlutar a presença do Bispo Diocesano. Depois de tomar conhecimento do crime e da decisão do Subdelegado de aplicar ao criminoso a pena sumária de morte na forca, o Bispo, paternalmente, fez-lhe uma advertência ponderando-lhe a não se precipitar, pois aquele caso precisava, primeiro, passar por um tribunal. E, depois de muito insistir, conseguiu passar o caso para o Juiz Municipal que assumiu o processo, livrando, assim o Subdelegado de um erro gravíssimo, que poderia trazer-lhe graves conseqüências.

É inegável a influência das Visitas Pastorais, no cenário político e social do País, naquela época.

Dom Viçoso foi, de fato, um grande Missionário. Seus pés palmilharam, incansáveis, o Caminho Novo, visitando os mais remotos lugarejos, confortando a todos e, de um modo especial, os pobres e os marginalizados, com sua presença santa e sábia. Dom Viçoso foi um marco da história Mineira e Brasileira. A sua vida foi um contínuo bem fazer. “Pertransiit benefaciendo”. Passou a vida fazendo o bem. Como santo Missionário e sábio Educador, Dom Viçoso se tornou um dos mais brilhantes marcos da História.

As pesquisas históricas sempre procuraram reconstituir o mosaico da vida rotineira dos povoados e cidades que foram surgindo, ao longo do Caminho Novo. Costumamos apreciar um mosaico, depois de pronto, mas, nem sempre, percebemos o valor das pequenas partes que o compõem. Aprendemos a cultivar, a valorizar, com justiça, os grandes personagens, os grandes vultos que contribuíram para o engrandecimento daquelas localidades históricas, desde os seus fundadores, até os artistas famosos que as embelezaram, com os seus poemas e as suas obras de arte. Mas, nem sempre nos lembramos dos escravos anônimos que ofereceram o sacrifício de suas vidas, para a construção daqueles povoados e cidades. E quantas tra-



Matriz de Santo Antônio, Ouro Branco

dicionais Festas Religiosas, ali realizadas, trazem a marca do folclore religioso, fruto da religiosidade popular, de origem africana, como o “Congado”, a “Folia de Reis” e tantas outras, que passaram a fazer parte do calendário turístico. Precisamos aprender, com Dom Viçoso, a valorizar a raça negra, à qual tanto devemos, pela sua indispensável contribuição. Os Pesquisadores nos ensinaram a garimpar filões do nosso passado, nos levando a descobrir que a nossa história é muito rica de acontecimentos, arte e cultura, toda ela refletindo a religiosidade do nosso povo. A presença do Bispo Diocesano nas cidades e povoados, ao longo do Caminho Novo, não deixou de influenciar na educação religiosa e cultural da Sociedade Mineira. Em suas visitas pastorais, os Bispos, além da Evangelização e da Formação pastoral, que eram os objetivos primordiais, travaram também embates políticos, lançando luz sobre questões mais amplas, próprias daquele tempo.

Os manuscritos das Visitas Pastorais dos Bispos têm servido como fonte documental, para a reconstrução da história dos monumentos religiosos, igrejas e capelas, em torno dos quais se formam as Comunidades dos Povoados e Cidades, ao longo do Caminho Novo. Ao percorrer o novo caminho, deparamos com um conjunto expressivo de obras barrocas de alto nível artís-

tico, encontrados, sobretudo nos majestosos templos, erguidos, aqui e acolá, preciosos marcos do Caminho Novo, que poderiam, repito, ser chamados “Caminhos da Fé”. Isto se deve, não só à pujança do ciclo do ouro, que sustentou a economia colonial Portuguesa, durante o Sec. XVIII, mas também à influência da Igreja, na Capitania de Minas Gerais. Com efeito, por influência da Igreja, foram deslocados renomados artistas, para ornarem, com requinte e esplendor, como era o costume da época, as Capelas e Igrejas de grande parte dos antigos Arraiais e Vilas daquela época, hoje transformadas em grandes cidades, como Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Ouro Preto, todas elas situadas ao longo do caminho Novo. Em Barbacena, merece destaque a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, com a sua belíssima imagem da Padroeira e a Majestosa Igreja da Boa Morte. Em Lafaiete, eu destacaria a Bicentenária Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, recentemente restaurada. Em Ouro Branco, a Igreja Matriz de Santo Antônio, verdadeira preciosidade do Barroco Mineiro. Em Ouro Preto, é difícil fazer destaques, pois estamos diante de um dos maiores e mais belos Conjuntos Arquitetônicos do Barroco Mineiro, tanto assim, que fez por merecer o título de Cidade Monumento



Igreja São Francisco de Assis, Ouro Preto

Mundial. Não obstante a riqueza do Conjunto Arquitetônico, eu tenho a ousadia de destacar, em Ouro Preto, a majestosa Igreja de São Francisco de Assis, projetada por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho e cuja construção foi acompanhada, de perto, por este genial Escultor e Arquiteto e pelo inigualável Pintor Manoel da Costa Ataíde, o Mestre Ataíde. A Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto é uma das sete maravilhas de origem Portuguesa no mundo. Se algum Pintor ou Fotógrafo, ao focalizar a Cidade de Ouro Preto, cometesse a insensatez de excluir de sua tela ou de sua foto, as suas igrejas, ele estaria descaracterizando a Cidade, a ponto de ninguém reconhecer Ouro Preto, naquela tela ou naquela foto, pois as nossas igrejas, com as suas belas torres e escadarias, ornamentam a nossa Cidade Monumento Mundial. Entretanto, mais do que um ornamento panorâmico e artístico, as Igrejas de Ouro Preto, com a sonoridade de seus famosos sinos, a ecoar pelas montanhas auríferas da Cidade, são um convite constante a nos aprofundarmos no conhecimento e na vivência da espiritualidade e carisma que as suas Irmandades, Sodalçios e Ordens Religiosas evocam. Com efeito, o ambiente sagrado que experimentamos em Ouro Preto, abriga ideias, aspirações e sentimentos de pessoas que viveram há mais de duzentos anos.

Com os Organizadores deste evento, que estamos, hoje, realizando, sonhamos com um Caminho Novo que preserve os bens culturais e artísticos, encontrados na região. Sonhamos com um Caminho Novo que preserve a riqueza natural que o caracteriza e no qual brilha, de maneira tão variada, a beleza humana. Sonhamos com um Caminho Novo que guarde, zelosamente, a sedutora beleza natural que o adorna, bem como a vida transbordante encontrada em suas montanhas auríferas e nas suas florestas verdejantes. Sonhamos com comunidades cristãs, capazes de se devotarem e encarnarem, de tal modo, o Caminho Novo, que dêem à Igreja e à Pátria, traços próprios de sua região, rica sim de ouro e de diamante, mas rica, sobretudo, de gente que sabe lutar, honestamente, pela sua sobrevivência. O nosso é o sonho de um Caminho Novo que integre e promova todos os seus habitantes. Com efeito, a abordagem ecológica deve vir sempre acompanhada da abordagem social. Não teria sentido uma preocupação conservacionista que se preocupasse com o bioma ou com os monumentos artísticos, mas que ignorasse os povos daquela região.

***Bispo Emérito de Oliveira, MG; fundador do Museu Aleijadinho de Ouro Preto**

RESTAURAÇÕES SINGULARES NO BRASIL

e outras experiências acerca do patrimônio nacional



Projeto do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Integração Cultural | INDIC, viabilizado por meio da Lei Federal de Incentivo a Cultura.

São dois volumes que versam sobre restaurações de importantes monumentos nacionais, mostrando em imagens e detalhes técnicos, aliado a aspectos históricos suas trajetórias e recuperações pelo país, resumindo algumas delas e detalhando a do Convento dos Mercedários e sua anexa Igreja das Mercês de Belém do Pará, no volume I e o Teatro Amazonas no volume II.

Contém, ainda, o primeiro volume, cópia de instigante processo judicial do século XIX, cujo resultado deu à Fazenda Nacional, por vários anos, a posse da Igreja. Discussão jurídica, na época da recém instalada república, recheada por conceitos que deram, posteriormente, origem ao Código Civil Brasileiro.

Para adquirir seu exemplar a preço promocional entre em contato: indic.br@gmail.com



Patrocínio | volume I



Patrocínio | volume II



Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



memoriacult.com.br

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações constantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com